

DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA À CONSTITUIÇÃO DE UMA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DO LAZER: O CASO DOS CLUBES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO¹

FELIPE ROCHA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Educação –Rio de Janeiro – RJ- Brasil
santosfer@ig.com.br

Introdução

Este estudo buscou realizar uma análise histórica do processo de constituição do Clube Escolar do Rio de Janeiro no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), enquanto um projeto de ampliação do tempo escolar sob a perspectiva do lazer.

Para realizar esta proposta deparamo-nos com duas grandes problemáticas: (1) a pouca tradição no desenvolvimento de projetos educativos de lazer; (2) a falta de diálogo entre o campo da educação formal e o campo do lazer, o que, por consequência, reflete nas poucas experiências de lazer gerenciadas pelos gestores educacionais e a pouca/ou total exclusão da temática do lazer na legislação educacional brasileira.

Melo (2007) confirma tais posições ao apontar que as discussões relacionadas à temática do lazer no Brasil ampliaram-se no âmbito das universidades na década 1970, sistematizando-se a partir da década de 1980, com a organização de grupos de pesquisa, realização de eventos científicos e publicação de artigos e livros. O autor, inclusive, descreve que uma das primeiras experiências em lazer no âmbito escolar foi a dos Centros Integrados de Educação Pública através da animação cultural.

É neste contexto que este estudo se insere. Defendemos a hipótese de que o processo de democratização vivido pelo Brasil na década de 1980, e que influenciou as universidades públicas brasileiras, entusiasmaram significativamente na elaboração e condução de atividades de lazer, através da Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para àqueles moradores das comunidades que cercam o campus da Ilha do Fundão.

Posteriormente, este projeto de lazer da Extensão Universitária serviu como modelo para a implementação de uma proposta de complementação do ensino regular, através da ampliação do atendimento educacional dos alunos da rede pública municipal de 1º grau em seus tempos de lazer. Os Clubes Escolares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro se caracterizavam por ser “centros inter-escolares, que associariam os alunos matriculados na rede pública municipal de educação que voluntariamente desejassem participar do projeto (...) isto é, centros de lazer que atenderiam aos alunos das escolas de seu entorno” (SANTOS, 2010).

A seguir pretendemos traçar o percurso do Clube Escolar da SME-RJ, definindo a questão política do momento de sua criação, os seus antecedentes históricos e a proposta preliminar de constituição do Clube Escolar na SME-RJ.

A questão política no momento da criação

¹ Este artigo é decorrente da dissertação de mestrado intitulada “Os Clubes Escolares do Rio de Janeiro: alternativa de ampliação da jornada escolar”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na década de 1980 é marcante a hegemonia do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Município do Rio de Janeiro, uma vez que conseguiu permanecer à frente da prefeitura por onze anos consecutivos. Durante esse período de transição democrática foram escolhidos como prefeitos “biônicos” – prefeitos nomeados pelo governo estadual – Jamil Haddad (1983) e Marcello Alencar (1983-1985), e eleitos Saturnino Braga (1986-1988), sucedido por Jó Antônio Rezende (1988), e Marcello Alencar (1989-1992). O cenário político estadual também estava relativamente favorável ao PDT após duas eleições vencidas por Leonel Brizola, credenciando-lhe a concorrer a Presidência da República no ano de 1994.

Entretanto esse cenário político foi sendo remodelado, durante a década de 1990, devido às constantes transferências dos políticos entre partidos, consequência, em muitos casos, das divergências internas ocorridas no âmbito do PDT. Dentre elas destacamos a saída de César Maia no ano de 1991, após divergências com Leonel Brizola, e de Marcello Alencar, no ano de 1992, por não conseguir indicar Luis Paulo Corrêa da Rocha como candidato pelo PDT para sua sucessão.

César Maia venceu as eleições municipais, em 1992, pelo PMDB derrotando Cidinha Campos, do PDT – pivô da discordância entre Leonel Brizola e Marcello Alencar - como também Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Marcello Alencar ganha as eleições estaduais, em 1994, pelo PSDB vencendo Anthony Garotinho, candidato do PDT.

Essas derrotas contribuíram para a perda de força do PDT no cenário estadual, e principalmente no cenário municipal, com a perda da hegemonia do partido na capital. De certa maneira, esses fatos influenciaram na perda de popularidade de Leonel Brizola.

Ao assumir a prefeitura em 1993, César Maia estava em conflito aberto com Leonel Brizola, na ocasião cumprindo o seu segundo mandato como governador do estado, devido às divergências que o fizeram abandonar o PDT. Nesse contexto, as ações governamentais de Leonel Brizola não encontraram eco na capital, logo, as questões relacionadas à educação, principal plataforma política do PDT, seriam tratadas em outra perspectiva.

É nesse contexto que a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro instituiu no ano de 1993 o Programa Clube Escolar. Desde a sua criação, havia uma preocupação com a ampliação do tempo escolar dos alunos, e é interessante notar que essa ação ocorria em concomitância com o 2º Programa Especial de Educação (PEE) no Estado do Rio de Janeiro (1991-1994).

A relação da criação dos Clubes Escolares com o 2º Programa Especial de Educação chama a atenção porque estando em instâncias governamentais diferentes, essas ações no âmbito educacional poderiam denotar uma luta no cenário político do estado e na capital. Uma vez que, naquela ocasião, a educação era tratada como a principal plataforma política pelo governo do estado e, no âmbito municipal, uma política diferenciada de ampliação do tempo escolar poderia simbolizar o fim de um ciclo hegemônico partidário e apontar novos caminhos para a educação.

Nesse aspecto, entendemos que é possível traçar uma relação entre a criação dos Clubes Escolares e uma tentativa de mudança paradigmática no que tange à política então existente de ampliação da jornada escolar.

Cavaliere ao tratar da implementação de diferentes modelos de política pública na educação afirma que:

a escolha de um ou de outro dá-se com bases em realidades específicas dos níveis de administração pública que os coordenam – governo federal, governo estaduais ou prefeituras – em suas possibilidades políticas e de infra-estrutura, mas também pode representar como veremos adiante, correntes de pensamentos divergentes em relação ao papel do Estado e da instituição escolar na sociedade (CAVALIERE, 2009, p.52)

Deste modo, surge a seguinte questão: os Clubes Escolares surgiam como alternativa política-partidária de ampliação do tempo escolar para rivalizar com as propostas oriundas do PEE e dos CIEPs?

Uma análise dos caminhos que antecederam o Projeto Clube Escolar poderá contribuir com elementos históricos e sociais significativos para uma possível resposta para esta questão.

Os antecedentes históricos do Projeto Clube Escolar

Os antecedentes do Clube escolar remontam à Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Paulo Carrano (s.d.), os projetos desenvolvidos pela Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na década de 1980, exerceram influência na idealização de uma proposta educativa de lazer e cultura para alunos da rede municipal do Rio de Janeiro. Isso nos levou a buscar melhor compreender os objetivos desses projetos, como também, a política de inclusão social promovida por aquela universidade por intermédio de sua sub-reitoria. De tal forma, buscamos analisar as experiências dos projetos de extensão ligados ao lazer e a cultura no âmbito da UFRJ tendo em vista levantar indícios para uma melhor compreensão de sua influência na posterior criação dos Clubes Escolares.

O Projeto Centros Integrados de Lazer Comunitário (CILC-Maré) e o Programa de Lazer Comunitário (PLAC)

A década de 1980 foi caracterizada pela ampliação de ações relacionadas à participação dos indivíduos na construção da democracia no país. As universidades também fizeram parte desse movimento. A eleição do reitor da UFRJ, por exemplo, no ano de 1985, foi a primeira eleição democrática para reitor no Brasil após a ditadura militar, reunindo 14 candidatos e sendo eleito Horácio de Macedo para a gestão que duraria de 1985 a 1989.

No âmbito da UFRJ, além da eleição, outras ações foram sendo implementadas ainda nessa primeira gestão pós-ditadura. Carrano e Loures (1989), em relatório anual do Projeto Esporte Clube Escolar, relatam esse processo ao se referirem à Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, naquela ocasião dirigida por Moacyr de Góes

a extensão universitária na UFRJ, após a eleição e posse de nova Reitoria, recebe novo impulso no ano de 1985, buscando redefinir seus compromissos sociais com a divulgação de propostas para a implantação de um programa de extensões universitárias que representassem os novos rumos de democratização da vida universitária e a clara opção de construir uma universidade a serviço da maioria da população (UFRJ, 1989, p.3).

Essas preocupações sociais favoreceram a aglutinação, pela Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão, de alguns projetos isolados desenvolvidos pelas unidades acadêmicas, tal como o Projeto Centros Integrados de Lazer Comunitário (CILC), conhecido também como CILC-Maré.

Segundo Waldyr Mendes Ramos² (2010), o CILC-Maré foi fruto de uma proposta da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (SEED-MEC) para que fossem implantados projetos de lazer comunitário voltado às populações carentes através de repasse de recursos financeiros para a Escola de Educação Física e Desportos (EEFD).

Carrano (2009) afirma que o Projeto CILC-Maré foi implementado no ano de 1985 pela EEFD – UFRJ através de um financiamento inicial da SEED-MEC, e ressalta que a associação

² Waldyr Mendes Ramos ocupava, naquela ocasião, o cargo de diretor da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD). Essas informações foram obtidas em entrevistas para a elaboração de um capítulo da dissertação de mestrado.

do projeto às Escolas de Educação Física objetivava a utilização da comunidade enquanto campo de estágio para os alunos.

O CILC-Maré foi incorporado por um projeto de maior abrangência, o Programa de Lazer Comunitário (PLAC) instituído pela Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão no ano de 1985. Carrano aponta a idéia da gestão do reitor Horácio de Macedo era efetuar uma ação contundente no que se refere ao “resgate da dívida social acumulada” da universidade para com a sociedade (s.d., p.3).

O PLAC era um projeto guarda-chuva que abrigava outros projetos com o objetivo de desenvolver efetivamente uma ação multidisciplinar e interinstitucional, inicialmente por influência do CILC-Maré, na região vizinha ao campus universitário da UFRJ e, posteriormente, dentro do Campus Universitário da Ilha do Fundão. Além da continuação do CILC-Maré, houve o acréscimo de outros projetos como: Centros Integrados de Lazer Comunitário para a comunidade universitária (CILC-FUNDÃO), Colônia de Férias, Corridas de Rua, Ruas de Lazer e o Projeto Esporte Clube Escolar que era destinado aos alunos da Rede Pública Municipal de Educação do Rio de Janeiro, especificamente das escolas do 5º Departamento de Educação e Cultura (E-DEC), situadas nos bairros de Ramos, Bonsucesso, Inhaúma e Manguinhos (CARRANO, s.d., p.3).

Além do CILC-Maré, o Projeto Esporte Clube Escolar influenciou significativamente para a elaboração da proposta do Clube Escolar da prefeitura do Rio de Janeiro. Na seção seguinte buscaremos evidenciar as características do Projeto Esporte Clube Escolar que foram incorporadas pelo Clube Escolar da Prefeitura.

O Projeto Esporte Clube Escolar

O Esporte Clube Escolar foi desenvolvido através da parceria da Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão da UFRJ com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Essa relação foi estabelecida com o Termo Aditivo nº 55/88, que foi incorporado ao já existente Compromisso de Cooperação Mútua, de 16 de abril de 1986, e previa que a universidade deveria implementar programas na área da Educação no âmbito do município do Rio de Janeiro (UFRJ, 1989).

O Termo Aditivo nº 55/88, entre outras determinações, previa que a UFRJ se comprometeria em realizar a “implantação e avaliação de programações de educação física e recreação para alunos das escolas municipais no campus do Fundão em horário complementar ao das referidas escolas” (UFRJ, 1988, apud, UFRJ, 1989).

O Projeto Esporte Clube Escolar foi idealizado no contexto do debate em nível nacional sobre a relevância de uma educação física vinculada aos interesses educacionais, que superasse a limitação à questão do rendimento esportivo. De tal maneira que uma das preocupações do projeto era a constituição de “um espaço de lazer, onde os alunos, através do associativismo, poderão ampliar as experiências esportivas aprendidas na escola, além de encontrarem um real e democrático espaço para o convívio e desenvolvimento cultural” (UFRJ, 1989, p. 9).

Outro aspecto relevante foi à adequação do projeto aos fatos sociopolíticos da época, relacionados à temática do esporte nacional, como: 1) a redação da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, que em seu artigo 217 previu que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1996, p.98), e especificamente no inciso II, “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento”; 2) a realização da I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, em

Brasília, no mês de julho de 1989, que objetivava discutir idéias e experiências do esporte educacional, como também, editar uma carta-documento sobre o esporte na escola.

Foi nesse contexto que o Projeto Esporte Clube Escolar constituiu-se como proposta político-metodológica de atuação do esporte escolar, objetivando a proposição de atividades esportivas de lazer para os alunos de 1º grau da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro (CARRANO, s.d., p.18).

Conforme destacado anteriormente, o Projeto Esporte Clube Escolar foi uma espécie de antecedente do que veio a ser o Clube Escolar da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, tanto em relação à nomenclatura como à dinâmica de funcionamento e ao público atendido.

A proposta preliminar de constituição do Clube Escolar da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

O Projeto Clube Escolar foi criado em 1993, ano em que César Maia assume a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. A relação entre a criação do Clube Escolar e o governo César Maia teve início com a escolha de Regina de Assis para o cargo de Secretária de Educação.

De acordo com Carrano, a secretária manteve a equipe que trabalhava na gestão anterior, do então Secretário de Educação Moacyr de Góes. Essa ação possibilitou que Carrano fosse convidado “para desenvolver ações junto às escolas da rede na área do esporte e do lazer” (CARRANO, s.d., p.4). O autor destaca que o convite recebido seria uma oportunidade de “retomar o Esporte Clube Escolar, agora numa escala de toda a rede municipal e também com uma perspectiva cultural e administrativa mais ampla que seu antecessor” (idem, ibidem).

Essa pretensão mostra uma semelhança ou equivalência entre os projetos, o que é confirmado por Carrano (s.d.) ao diferenciar as experiências educativas e elucidar que o Esporte Clube Escolar foi promovido pela UFRJ em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), enquanto que no Clube Escolar “tínhamos o contrário, a iniciativa foi da SME sendo a UFRJ convidada a participar de um projeto piloto com uma nítida busca de interface acadêmica na construção da proposta” (idem, ibidem, p.4). Podemos, preliminarmente, sinalizar que as diferenças entre os projetos estavam, basicamente, nas instituições que os promoviam.

A comparação entre os projetos nos permite perceber que o Clube Escolar não foi uma proposta pedagógica inédita oriunda de um único idealizador. Carrano (2009) afirma que não seria correto desconsiderar a história das experiências anteriores ao Clube Escolar e os seus atores.

Entretanto, podemos afirmar que foi uma experiência inédita no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, tendo sido proposta pelo professor Carrano a partir de convite da secretária e levando em conta a “constatação da inexistência de uma política, no âmbito da administração municipal, para a ocupação do tempo livre dos alunos da rede pública de ensino de 1º grau no Rio de Janeiro” (SME, 1993, p.3).

O projeto inicial do Clube Escolar é um projeto de lazer e de uso do tempo livre no processo de desenvolvimento humano, tendo em vista superar a ausência do Estado em relação a essa dimensão da vida, prevista na Constituição Brasileira como um direito social. Temos exposto no projeto inicial do Clube Escolar que “a materialidade da vida da população brasileira, em particular dos segmentos marginalizados, faz com que o direito e o acesso ao lazer se constituam numa mera formalidade constitucional” (idem, ibidem), ou seja, ao não garantir a realização de iniciativas públicas para a promoção do lazer, o Estado contribui para que o lazer seja compreendido como um tema de ordem privada.

O Clube Escolar buscava atuar nessa perspectiva de superação da compreensão do lazer como capacidade individual de freqüentar equipamentos privados ou de consumir bens e serviços pagos, o que para a classe popular é quase sempre uma impossibilidade, devido às suas restrições financeiras.

Dessa maneira é que os objetivos do Clube Escolar, previstos no projeto inicial, buscaram contemplar a carência de uma política pública de lazer na esfera da Secretaria Municipal de Educação, ou conforme o documento, “uma política, no âmbito da administração municipal, para a ocupação do tempo livre dos alunos” (idem, ibidem, p.3).

Desta maneira os objetivos gerais do Clube Escolar versavam sobre a contribuição “na formulação de políticas de educação em tempo integral para os alunos da rede municipal de ensino de 1º grau” (idem, ibidem, p.1), como também na definição de “uma esfera pública para o lazer escolar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação” (idem, ibidem).

É perceptível a intenção de oferecer outro formato de ampliação do tempo escolar diferente da experiência já existente na época - os CIEPs – como também incluir os Clubes Escolares nas políticas de educação em tempo integral no município. A principal característica que diferenciaria a proposta dos CIEPs e dos Clubes Escolares estaria relacionada à promoção do lazer na esfera estudantil e a uma intervenção para além da esfera escolar estrita, conforme se observa no trecho a seguir:

A proposta de constituição de Clubes Escolares representa, portanto, a ampliação da esfera educacional pública para além do tempo e espaço escolar. Significa o estabelecimento de uma política de valorização do tempo livre, através de atividades e ações vivenciadas no tempo liberado, com vistas ao fortalecimento político-cultural dos alunos da rede pública (SME, 1993, p.3).

A possibilidade de oferecimento de outro formato de ampliação da jornada escolar não significa, necessariamente, uma rivalidade com a proposta dos CIEPs. Na verdade, mesmo se a intenção dos gestores da Secretaria Municipal de Educação e do prefeito no momento da criação do Clube Escolar era de fazer esse movimento de rivalidade entre as propostas, o fato é que toda a Rede Pública Municipal de Educação avançava em relação à implementação de modelos diferenciados de ampliação do tempo educacional.

Considerações Finais

A partir do processo de democratização vivido pelo Brasil na década de 1980, foi gestado no seio da UFRJ um projeto de Extensão Universitária voltado para o lazer dos moradores das comunidades que cercam o entorno da instituição, que culminou na elaboração de uma proposta de ampliação da jornada escolar da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, os Clubes Escolares.

Na atualidade, o Clube Escolar possui status de um Programa de Extensão Educacional, sendo considerado uma Unidade de Extensão Escolar da SME-RJ. Nestes quase vinte anos de funcionamento, muitas mudanças ocorreram, as propostas iniciais de constituição do Clube Escolar e as atividades ministradas foram sendo remodeladas, de acordo com as legislações próprias da SME. Mas isto é assunto para outro estudo.

Por fim, gostaríamos de destacar que um diálogo / parceria entre as universidades e o sistema público de educação poderia viabilizar experiências significativas de educação, favorecendo a população de uma forma expressiva.

Palavras-chaves: lazer; Clubes Escolares da SME-RJ, ampliação do tempo escolar.

Referências Bibliográficas

CAVALIERE, Escolas de tempo integral versus aluno em tempo integral. In: MAURÍCIO, Lucia Velloso (org). *Revista Em Aberto - Educação Integral e Tempo Integral*, v.22, n.80, p.1-165, Brasília, 2009.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Clube Escolar: o desafio de remexer o baú da memória e dialogar com a prática cotidiana*. (mimeo), s.d.

MELO, Victor Andrade de. (2007).

SANTOS, Felipe Rocha dos Santos. "Os Clubes Escolares do Rio de Janeiro: alternativa de ampliação da jornada escolar". Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UFRJ, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Projeto Clube Escolar* (mimeo). Rio de Janeiro, 1993a.

UFRJ. Termo Aditivo nº 55/88. In: *Projeto Clube Escolar. Rio de Janeiro: Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão – Projeto de Lazer Comunitário (PLAC)*. Relatório de atividades, 1989, mimeo.

Felipe Rocha dos Santos

Rua Agrícola, 849, Bangu, Rio de Janeiro, RJ. CEP:21810090

Tel: (21) 98816115

Email: santosfer@ig.com.br